



ATA DA DUCENTÉSIMA SEXAGÉSIMA OITAVA ASSEMBLEIA GERAL ORDINÁRIA DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE DE 26.09.2016

Aos vinte e seis dias do mês de setembro de dois mil e dezesseis, às dezoito horas e trinta minutos, no Plenarinho da Câmara de Vereadores, Rua Hermann August Lepper, 1.100 - Saguacú, realizou-se a ducentésima sexagésima oitava Assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde. Conselheiro Orlando Jacob Schneider, Presidente do Conselho Municipal de Saúde (CMS) em exercício, procedeu à abertura dos trabalhos, cumprimentando todos os presentes. Em seguida, passou a palavra ao secretário geral da Mesa Diretora, conselheiro Mario José Bruckheimer, que realizou a leitura da Pauta do dia: **1 - EXPEDIENTES: 1.1** Apresentação e aprovação da pauta do dia – 5'; **1.2** Aprovação das atas dos dias 26.10.2015, 04.02.2016, 25.04.2016 e 24.05.2016; **1.3** Comunicados e Informes da Secretaria-Executiva – 5'; **2 - ORDEM DO DIA: 2.1** Informe sobre a Dengue/Influenza - Nicoli Janaína dos Anjos/Aline Costa da Silva – 5'; **2.2** Apresentação da Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017 - Secretaria Municipal de Saúde – 30'; **2.3** Apresentação da prestação de contas referente ao 2º quadrimestre de 2016 da Secretaria Municipal de Saúde – Secretaria Municipal de Saúde – 60'. Conselheiro Mario informou que o item 2.1 da Pauta não seria apresentado por integrar a apresentação da prestação de contas. **A Pauta foi aprovada pela maioria dos conselheiros presentes. As atas foram aprovadas pela maioria dos conselheiros presentes.** INFORMES GERAIS: **1)** Incentivamos todos a participar do 8º Encontro do Ciclo de Capacitações do Conselho Municipal de Saúde (CMS) 2016, a se realizar no dia **17.10.2016**, com o tema: **“Planejamento e Execução Orçamentária na Saúde”**. Informações: 3481-5181. Agende-se e Participe!; **2)** A Mesa Diretora informa que deliberou pelo cancelamento da “Moção de Repúdio às Práticas de Realização de Eventos e Cerimonias Realizados Pela Prefeitura Municipal de Joinville, em que o CMS não é Convidado/Citado/Lembrado” por motivo intempestivo; **3)** XII Semana Acadêmica de Nutrição e III Seminário do Núcleo de Pesquisa e Extensão, “Alimentação: uma questão de vida ou morte”, a se realizar no período de 18.10.2016 a 21.10.2016, no Auditório do Bom Jesus IELUSC Unidade Saguacú. Inscrições gratuitas pelo email: extensaoielusc@gmail.com, ou pelo fone: (47) 3032-8817, das 14h às 18h; **4)** Ofício Circular nº 154/SE/CNS (Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde), recebido via email no dia 31.08.2016, informando que na 20ª Plenária Nacional de Conselhos de Saúde, Entidades, Movimentos Sociais e Populares, realizada nos dias 24 e 25 de agosto, em Brasília, foram aprovados os seguintes encaminhamentos: 1- Carta “O fortalecimento e defesa do SUS nas eleições municipais”; 2- Realização de Ato Público no dia 19.09.2016 em comemoração aos 26 anos da Lei nº 8.080/90; **5)** Ofício Circular nº 157/SE/CNS (Secretaria Executiva do Conselho Nacional de Saúde), recebido via email no dia 1º.09.2016, informando a aprovação da Resolução nº 535, referente ao Regimento da 1ª Conferência Nacional de Vigilância em Saúde; **6)** Ofício nº 89/16/SMS/GAB (Gabinete da SMS), recebido em 05.09.2016, encaminhando o Termo de Ajustamento de Conduta firmado com o Ministério Público de Santa Catarina, em 14.07.2016, referente às adequações estruturais das Unidades Básicas de Saúde, sendo que o mesmo foi encaminhado aos conselheiros municipais e locais de saúde, para conhecimento; **7)** Ofício nº 089/2016/UNIVILLE, recebido em 13.09.2016, indicando o Professor **Luciano Henrique Pinto** como representante titular, em substituição à conselheira Mauren da Silva Salin; **8)** Ofício nº 39/Gerência Executiva Joinville/INSS, recebido em 14.09.2016, indicando os senhores **Patrick Ritter Pereira** e **Daniel Bittencourt dos Reis**, titular e suplente, respectivamente, como representantes na Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador (CIST); **9)** Ofício nº 02/2016/CLS Boehmerwaldt, informando que o conselheiro **Henrique Fagundes** substituirá o conselheiro Arlindo Pedro Lessenko, como representante titular; **10)** A conselheira Cleia Aparecida Clemente Giosole informa que, devido aos muitos compromissos e incompatibilidade de agenda, deixará de representar o CMS na Comissão de Integração Ensino Serviço (CIES); **11)** A Comissão Intersetorial da Saúde do Trabalhador (CIST) informa que em cumprimento ao pré-requisito para participação do Conselho Municipal de Saúde (CMS) de Joinville e a CIST municipal, de acordo com as 2 (duas) vagas disponibilizadas para o VII Encontro Nacional das Comissões Intersetoriais de Saúde do Trabalhador e da Trabalhadora (CISTT), a se realizar no período de 16 a 18 de novembro, em São Luis-MA, foi realizada no dia 22.09.2016 uma reunião ampliada da CIST a fim de discutir a seguinte pauta escolhida dentre os



55 temas propostos pelo Conselho Nacional de Saúde (CNS): - Acompanhamento das ações dos
CEREST; - As condições de Saúde do Trabalhador, dos trabalhadores e trabalhadoras das
seguintes categorias: rurais, da saúde, servidor público geral, da indústria e do comércio ou
demais categorias prioritárias localmente; - Proposta da CISTT para avançar no campo de saúde
do trabalhador; - Fortalecimento do SUS. Dando sequência, conselheiro Mario realizou a leitura
60 dos **ENCAMINHAMENTOS**, conforme segue: **1)** Ofício nº 823/2016-Diretoria HMSJ (Hospital
Municipal São José), recebido em 29.08.2016, encaminhando fechamento contábil de julho 2016 –
sugestão. **O encaminhamento à Comissão de Assuntos Internos (CAI) foi aprovado pela
maioria dos conselheiros presentes; 2)** Ofício nº 745/2016/MS/SEAUD/SC (Ministério da
Saúde/ Secretaria de Gestão Estratégica e Participativa/Departamento Nacional de Auditoria do
65 SUS), recebido em 30.08.2016, encaminhando, para conhecimento, Relatório Final da Auditoria nº
15934, realizada na SMS, no período de 19 a 23/10/2015, com objetivo de avaliar o atendimento
móvel as urgências- SAMU do município. **O encaminhamento à CAI foi aprovado pela maioria
dos conselheiros presentes; 3)** Documentação entregue pela empresa Disette Engenharia, em
reunião com a Mesa Diretora realizada 02.09.2016 – **O encaminhamento à CAI e à Comissão
70 de Assuntos Externos (CAE) foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes; 4)**
Ofício nº 127/2016/SMS/GUAF (Gerência da Unidade Administrativa e Financeira), recebido em
09.09.2016, encaminhando planilhas do Fundo Municipal de Saúde para compor a Lei
Orçamentária Anual do exercício de 2017. **O encaminhamento à CAI foi aprovado pela maioria
dos conselheiros presentes; 5)** Ofício nº 025/2016/CES (Conselho Estadual de Saúde),
75 recebido em 21.09.2016, informando que a CISTT de Santa Catarina realizará no dia 30.09.2016,
em Lages, uma oficina para discutir os temas do VII Encontro Nacional das CISTT, sendo que as
despesas serão por conta da Entidade de origem. Não houve conselheiros membros da Comissão
Intersetorial de Saúde do Trabalhador (CIST) que pudessem comparecer ao evento; **6)** Ofício nº
125/2016/SMS/GGE/PCR (Gerência de Gestão Estratégica/Planejamento e Captação de
80 Recursos), recebido em 15.09.2016, complemento aos Ofícios 120/2016/SMS/GGE/PCR e
121/2016/SMS/GGE/PCR referente a alteração dos Planos de Trabalho. **O encaminhamento à
CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes; 7)** Solicitamos representantes para
as seguintes comissões: - **Comissão para Revisão do Regimento Interno do CMS
(Regulamento para as Comissões):** criação da comissão, respeitando a paridade – até o
85 momento, quatro (4) conselheiros se manifestaram; - **Comissão de Capacitação:** um
representante dos demais segmentos (governo, profissionais de saúde ou prestadores de
serviço); - **Comissão para o Grupo Condutor da Rede de Atenção Psicossocial (RAPS):** um
representante do segmento dos usuários; - **Comitê Municipal de Prevenção ao Óbito Materno,
Infantil e Fetal – SUPERA:** um titular e um suplente (usuários); - **Comitê de Ética para
90 Pesquisas da Univille:** um representante do segmento dos usuários; - **Comissão de Integração
Ensino Serviço (CIES):** um representante dos usuários. Não houve manifestações de interesse
em compor as comissões. Conselheiro Orlando lembrou que o papel de conselheiro vem
acompanhado de algumas responsabilidades, sendo uma delas a de participação em comissões.
2.2 Senhor Fabrício da Rosa, gerente da Unidade Administrativa e Financeira (GUAF)
95 cumprimentou a todos, e passou a apresentar a Lei Orçamentária Anual (LOA) 2017, conforme
anexo I desta ata, e lembrou que a apresentação é referente apenas ao Fundo Municipal de
Saúde, não incluindo o Hospital Municipal São José (HMSJ). **Manifestações:** conselheiro Gentil
Coradelli perguntou o que melhorou no orçamento para o próximo ano, quais os pontos em que
houve adaptação do orçamento devido à crise, e se em caso de melhora da situação e aumento
100 na arrecadação, seria possível haver um incremento orçamentário para a saúde. Conselheiro
Rodrigo Sandri Ávila questionou se foram seguidas as diretrizes do Plano Plurianual (PPA) para
formulação da LOA, quanto foi gasto com o Conselho Municipal até o momento e qual a
autonomia do Conselho para uso de seu orçamento. Senhor Fabrício explicou que a Secretaria
prevê as despesas baseado no que se tem de receita, e o que melhorou do orçamento foi a
105 transparência na aplicação das receitas, citando que alguns recursos recebidos anualmente não
estavam sendo colocados nos orçamentos anteriores, e os técnicos da SMS ao perceberem isso,
adicionaram estas receitas, automaticamente aumentando as possibilidades de aplicação.
Esclareceu também que melhorou a transparência na forma de aplicação para a Atenção Básica

(AB) e da Vigilância em Saúde (VS), citando que na questão da infraestrutura, para o qual o valor de investimento aparentemente diminuiu, disse que na realidade houve uma adequação, para que o investimento em infraestrutura na AB apareça como investimento da AB, o que não ocorria antes, e o mesmo no caso da VS. E respondendo ao questionamento referente ao caso de se arrecadar acima do previsto, disse que pode-se encaminhar um Projeto de Lei para a Câmara de Vereadores de um “superávit financeiro”, onde se especifica o valor recebido a mais e onde se pretende gastar esse recurso. Pontuou que a LOA foi elaborada totalmente dentro das especificações do PPA, apenas o que muda em cada ano são os valores, que devem se adequar à previsão da receita. Quanto à autonomia do CMS disse que não existe um recurso específico para o Conselho, sendo que sua dotação é exclusiva da fonte 100 (cem), portanto, devido a escassez desta fonte, quando o CMS encaminha solicitações de alguma despesa, o foco é financeiro, e a SMS tenta entrar em acordo com a Mesa Diretora. Conselheiro Rodrigo questionou ainda se há previsões para gastos com judicialização, e quanto do orçamento do ano corrente foi gasto a mais do que o previsto com esta mesma questão. Senhor Fabrício disse que não saberia especificar o valor exato no momento, mas falou que foi previsto um valor para gasto com a judicialização no orçamento. Explicou que não há como prever um valor exato para gasto, mas que no PPA existe uma ação específica para a judicialização e que a Procuradoria do município cuida de todas as questões judiciais, pois nem todas são relacionadas à saúde. Conselheiro Orlando solicitou explicações referentes ao contrato com a Associação de Reabilitação da Criança Deficiente (ARCD) e com a Instituição Bethesda, citando que o recurso para essas instituições provém da Prefeitura, porém, o correto seria que o recurso passasse pela SMS, além de as prestações de contas também não estarem sendo apresentadas ao Conselho. Também citou o recurso demonstrado na apresentação no valor de seiscentos mil Reais (R\$ 600.000,00) para publicização de processos de licitação e expressou opinião de que esse valor está muito alto. Senhor Fabrício disse que os contratos do Bethesda e da ARCD estão na Secretaria da Fazenda, bem como em análise do CMS, onde foi feita a solicitação de que o recurso para essas instituições passe pela SMS, porém, não se sabe ainda se isso será aprovado ou não, e caso seja aprovado, já está previsto no contrato, que sejam feitas prestações de contas ao Conselho. Referente às publicizações, explicou que a licitação é apenas um exemplo, mas são publicizados os atos oficiais, e esses valores são dos Diários Oficiais do Estado e da União. **O encaminhamento à CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros presentes.** 2.3 Senhor Fabrício da Rosa passou a apresentar a prestação de contas da parte financeira da SMS referente ao segundo quadrimestre de dois mil e dezesseis, seguido do senhor Mario José Bruckheimer, conforme anexo II desta ata. **Manifestações:** conselheiro Rodrigo solicitou que se encaminhe um documento constando todos os gastos que o CMS teve até a presente data. Perguntou também porque o primeiro quadrimestre não está na internet no site do SARGSUS (Sistema de Apoio ao Relatório de Gestão do SUS). Parabenizou pela iniciativa de incluir a odontologia da Unidade de Saúde do Ulysses Guimarães, expressando que é preciso reconhecer que a saúde começa pela boca, e investir na AB. Perguntou ainda como está a condição da UBS do Morro do Amaral. Conselheiro Antonio Coelho considerou que não foram apresentados os números das filas de espera referente à consultas e exames, e falou também que verificou que em sua Unidade, o Nova Brasília, a média de visitas das agentes comunitárias de saúde (ACS) ficou acima do número apresentado, e pontuou que deveria ser observado se as visitas estão sendo registradas corretamente, pois foi informado de que o sistema não estava funcionando. Concluiu parabenizando pelo índice da mortalidade infantil. Senhor Fabrício prometeu que encaminharia uma planilha com os gastos do Conselho à Mesa Diretora. Referente ao SARGSUS, senhor Rodrigo Prado, gerente de gestão estratégica (GGE), explicou que o Ministério da Saúde (MS) não obriga que se preencham as prestações de contas no SARGSUS por quadrimestre, mas a SMS cumpre o determinado pelo MS que é uma vez por ano. Referente aos dados das visitas dos ACS, explicou que o município adquiriu *tablets* para facilitar o trabalho deste profissional, em passar os dados que ele colhe no trabalho em campo, para o sistema, mas a SMS está esperando o MS liberar o uso do *software*. Senhor Mário complementou que o número apresentado foi uma média, sendo possível, que em alguns locais o número tenha sido acima. Também disse que na apresentação do próximo quadrimestre podem ser apresentados os dados referentes à fila de

espera. Senhor Jean Rodrigues da Silva, Diretor Executivo, esclareceu que esses dados constam na documentação encaminhada à CAI. Quanto à situação do Morro do Amaral, senhor Mário disse que a unidade é uma extensão da unidade do Jardim Edilene, sendo que conforme a programação da equipe, por uma ou duas vezes por semana, a equipe do Jardim Edilene se desloca até o Morro do Amaral para prestar atendimento. Explicou que a unidade é de extensão, por não haver população suficiente para se estabelecer uma equipe de saúde da família (ESF). Conselheiro Rodrigo perguntou se a população do Morro do Amaral é considerada ribeirinha, ao que senhor Mario esclareceu que Joinville não se enquadra neste índice específico de população ribeirinha. Foi questionado quais são os critérios utilizados para fornecimento de alvará sanitário nas unidades públicas do município. Senhor Mario informou que são os mesmos critérios utilizados para unidades de iniciativa privada. Algumas pessoas levantaram a questão da climatização nas unidades, sendo citado o caso da unidade do Edla Jordan, que deveria ser climatizada, mas esse fator não foi cumprido. Senhor Jean explicou que existe certa dificuldade com a CELESC, para atendimento das solicitações de aumento de capacidade dos transformadores para uso dos ares condicionados, mas até o momento, as unidades no Vila Nova, Costa e Silva e Fátima ainda não foram atendidas neste quesito devido a espera pela CELESC. Falou que o objetivo é que todas as unidades tenham climatização, mas o maior desafio não é a compra dos aparelhos, e sim, a ligação a ser feita pela CELESC. Explicou que, porém, o caso do Edla Jordan que foi questionado, a unidade está com a ligação elétrica feita, o que permite a emissão do alvará sanitário, e o funcionamento da unidade, apenas não é possível o uso dos aparelhos para climatização. Conselheira Susana Staats perguntou porque a apresentação do quadrimestre constava apenas a prestação de contas do trimestre, citando que aconteceu o mesmo na última prestação de contas e a CAI ficou em dúvida de como proceder. Senhor Rodrigo Prado disse que essa diferença de um mês existe porque o MS leva um tempo para confirmar as produções realizadas pela SMS, e disse que será entregue para o Conselho os dados referentes ao mês de abril, que faltou na apresentação do primeiro quadrimestre, e que no início do mês de outubro provavelmente será possível também enviar os dados do mês de agosto para o fechamento do segundo quadrimestre. Conselheiro Osmar Lopes disse que esteve na última semana em reunião com o gerente da AB, senhor Douglas, onde o mesmo prometeu que a unidade do Parque Joinville estava contemplada com reforma, para início na próxima semana, mas pontuou que a unidade não está citada na planilha apresentada. Também citou o caso de sua esposa que precisava de um exame de mamografia, mas devido ao tempo de espera disse que acabou pagando pelo exame, porém, foi citado na apresentação que não há demanda reprimida. Aproveitou a palavra para despedir-se do Pleno, informando que está saindo do Conselho, e considerou que está triste por perceber a falta de interesse dos atuais conselheiros em participar das comissões, dizendo: *“é nas comissões que a gente aprende a ser conselheiro e a usar nosso voto aqui no Pleno”*. Senhor Jean confirmou que não existe demanda reprimida para mamografia, dizendo que existe até sobra para exame, e solicitou que quando acontecerem casos como esse da esposa do conselheiro Osmar, orientou que se procure a Unidade de Saúde, pois pode ter acontecido algum problema com a guia, ou o encaminhamento. Conselheira Edna Maria Ferreira questionou sobre o pagamento dos prestadores de serviço, o porquê da falta de medicamento de quimioterapia do setor de oncologia do HMSJ, e citou que o acesso ao Portal da Transparência está complicado, havendo muitas reclamações por parte dos munícipes. Senhor Fabrício disse que referente aos medicamentos, quem poderia responder seria a equipe do Hospital, pois não é a Secretaria que faz as compras de medicamento quimioterápico para o HMSJ. Quanto aos prestadores de serviço disse que a maior dificuldade em realizar os pagamentos são para os prestadores da AB, que hoje estão levando em média quarenta (40) dias após a certificação da nota para poder receber. Disse que isso está acontecendo por dificuldade de repasses da União e do Estado, mas afirmou que esses são os piores casos, não passando nenhum fornecedor deste prazo para o recebimento. Senhor Jean explicou que desde o mês de janeiro a Secretaria não recebe o repasse do Estado para compra de medicamentos, sendo que desde então os fornecedores não foram pagos, porque o recurso não veio. Disse que a secretaria passou então a fazer a compra com recurso diferente, sendo da fonte cem (100), *“quando a gente empenha alguma dívida dessas fontes específicas, e não vem o dinheiro, a gente não pode fazer a*

transposição de fonte pra pagar, isso seria improbidade, então a gente tem que chamar o
fornecedor pra conversar, pedir desculpa, e é isso aí, vida que segue...” declarou. Conselheiro
Orlando perguntou sobre a obra do Adhemar Garcia, dizendo que o primeiro valor apresentado foi
220 de dezessete mil Reais (R\$ 17.000,00), mas na prestação de contas foi apresentado o valor de
cem mil Reais (R\$ 100.000,00). Senhor Jean disse que encaminhará ao Conselho o valor
referente á obra. **O encaminhamento à CAI foi aprovado pela maioria dos conselheiros
presentes.** Conselheira Liliana Piscki Maes se manifestou, dizendo que é preciso que o Conselho
se manifeste novamente junto ao Estado e à União, referente aos atrasos nos repasses de
225 verbas. Conselheiro Orlando, Presidente em exercício, informou que já houve reunião do CMS
com representantes do Estado referente a esse assunto, e que na próxima assembleia a
Presidente, conselheira Cleia, poderá esclarecer ao Pleno. Informou também que no dia dez de
outubro haverá uma assembleia extraordinária do Conselho, com a participação dos dois
230 candidatos à Prefeitura que passarem para o segundo turno, e em caso de não haver segundo
turno, será convidado o candidato eleito, para falar aos conselheiros exclusivamente sobre
propostas para a saúde. Prestou agradecimentos ao conselheiro Osmar pelo serviço prestado em
prol do Conselho e sua participação nas comissões, pontuando que o mesmo é um exemplo para
todos conselheiros, e solicitou uma salva de palmas em homenagem ao conselheiro Osmar. Nada
235 mais havendo a tratar, o Presidente em exercício do Conselho Municipal de Saúde de Joinville,
conselheiro Orlando Jacob Schneider, deu por encerrada a ducentésima sexagésima oitava
assembleia Geral Ordinária do Conselho Municipal de Saúde, às vinte horas e trinta minutos, da
qual eu, Giseli Tamar Voltolini Teixeira, lavrei a presente ata que vai por todos assinada.
Estiveram presentes os conselheiros: **Mário José Bruckheimer, Alice Regina Strehl Torres,
Iara Lúcia Pereira, Evandro Rodrigues Godoy, Roni Regina Miquelluzzi, Hilário Dalmann,
240 Douglas Alves Cláudio, Luciano Henrique Pinto, Aline Teixeira Macedo, Elenice de Fátima
Oliveira, Antônio César Franco Garcia, Marlene Serafim, Elisa Ana Garcia, Alexandra
Marlene Hansen, Antonio Carlos da Rocha, Rodrigo Sandri Ávila, Zelma Reichert Maria,
Liliana Piscki Maes, Daniel Tomazoni, Edna Maria Ferreira, Antonio Coelho, Angela Maria
dos Santos, Juarez Ladislau da Silva, Silmara Richter, Gentil Coradelli, Sérgio Duprat,
245 Waldemar Hugo Windmuller, Marcos Antônio de Souza, Zenir Videte Werlich, Carmen
Dalfovo Kohler, Orlando Jacob Schneider, Osmar Lopes, Susana Staats, Isaias de Pinho,
Adelina Dognini, Alaíde Correa André, Eraldo José Hostin Junior, representantes da
Secretaria Municipal de Saúde, do Laboratório Municipal, do CEREST, da Pastoral da Criança, do
Centro de Direitos Humanos, da Vigilância em Saúde.**